

**PROJETO BÁSICO
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

1. ÓRGÃOS INTERESSADOS

- 1.1. Secretaria Municipal de Viação e Obras – SEMOB.
 - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.
 - a) Responsável pela confecção/aprovação do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ COM 23.550,20 M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM ATENDIMENTO AO SAM 50/PARANACIDADE.

3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES

- 4.1. **Local da execução do objeto da contratação:** A obra deverá ser executada em vias urbanas na cidade de Capanema-PR, conforme indicado nos projetos da obra em anexo, especificamente nos seguintes trechos:
 - a) R. SILVÉRIO AMPESSAN (Entre a Av. Rio Grande + 119m);
 - b) AV. BOTUCARIS (prolongamento de 148m);
 - c) RUA NILO ADELVINO BERTICELLI (entre Av. Rio Grande + 200m);
 - d) RUA DELMAR SEVERO (entre a rua Nilo Adelvino + 96m);
 - e) TRAVESSA Nº10 (entre rua Padre Cirilo + 109m);
 - f) RUA PADRE CIRILO (entre a Av. Rio Grande e a Travessa nº10 + 50m);
 - g) TRAVESSA EDEMIR ZANDOMÊNICO (entre a rua Tamoios + 381m);
 - h) AV. ATAÍDES ROBERTO ESCHER (entre a rua Piauí e a rua Tamoios);
 - i) AV. UBIRAJARAS - NORTE (entra a Av. Espírito Santo e a rua Rio de Janeiro);
 - j) AV. ESPÍRITO SANTO (entre a Av. Ubirajaras + 99m);
 - k) RUA GERALDO FULBER (entre a Av. Espírito Santo e Av. Ubiratan);

- l)** AV. UBIRAJARAS - SUL (entra a rua Território Fernando de Noronha + 93m);
 - m)** RUA TERRITÓRIO FERNANDO DE NORONHA (entre a Av. Brasil e a rua Leopoldo Schmidt);
 - n)** RUA OTÁVIO KISCHNER;
 - o)** RUA LINHA BONITA;
 - p)** RUA LINHA DA PAZ (entre a rua Linha Bonita + 229m).
- 4.2.** Trata-se de imóveis públicos, de propriedade do Município de Capanema.
- 4.3.** As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.4.** Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
- a) levantamento cadastral, constatando a existência do Decreto Municipal n. 7.858/2025, que declarou a área como sendo de utilidade pública;
 - b) levantamento topográfico (documento anexo);
 - c) sondagens e ensaios geotécnicos (documentos anexos);
 - d) ensaios e análises laboratoriais (documentos anexos);
 - e) questionário ambiental (documentos anexos);
 - f) demais dados e levantamentos necessários, conforme solicitado pelo PARANACIDADEs, os quais vão anexos ao presente projeto básico.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1.** As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1.** O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2.** O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3.** O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4.** Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
 - a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- () empreitada por preço unitário
(X) empreitada por preço global
() empreitada integral
() contratação por tarefa
() contratação integrada
() contratação semi-integrada
() fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: conforme determinado pelo edital padrão de licitação fornecido pelo ParanáCidades.

8.2. Indica-se que o objeto da presente contratação configura:

- (X) serviço comum de engenharia
() serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve técnicas e procedimentos padronizados, amplamente conhecidos e consolidados no setor da construção civil, cuja execução não exige soluções singulares ou projetos de alta complexidade tecnológica.

9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Rubens Luis Rolando de Souza	Engenheiro Civil	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Amanda Pereira de Andrade	Engenheira Civil II	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Jair Canci	Secretário de Infraestrutura e Urbanismo	CCE	SEINFRA

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.

10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Convênio nº 1102/2025 – SECID, no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e conforme o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

10.3. Fonte dos recursos financeiros:

a) R\$ 6.224.311,95 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos), proveniente do Convênio n. 1102/2025 - SECID.

11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1.** A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.
- 12.2.** Os valores desembolsados com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.
- 12.3.** A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4.** Os preços unitários dos itens que compõem o objeto da presente contratação foram obtidos por meio da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi) e dos referenciais de custos disponibilizados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), nos termos do art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.5.** O valor total da presente contratação será de R\$ 6.224.311,95 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e onze reais e noventa e cinco centavos).

13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)

- 13.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I):** A presente contratação revela-se necessária diante da atual condição das vias urbanas objeto da intervenção, as quais ainda se encontram em leito natural, sem qualquer tipo de pavimentação, apresentando, portanto, condições precárias de trafegabilidade, drenagem e acessibilidade. A inexistência de pavimentação adequada compromete a mobilidade urbana, ocasiona dificuldades de deslocamento de veículos e pedestres, além de contribuir para o desgaste prematuro de veículos e o acúmulo de poeira e lama, com reflexos negativos na qualidade de vida dos moradores e na saúde pública.
- 13.2. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** A obra integra o planejamento estratégico da Administração Municipal, estando prevista no Plano Plurianual (PPA 2022-2025), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), refletindo a política pública de fortalecimento da infraestrutura básica como vetor de inclusão social e desenvolvimento econômico.
- 13.3. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art.**

34, inciso V): Foram analisadas alternativas técnicas para o tratamento das vias, como o revestimento primário (cascalhamento) e a pavimentação poliédrica. No entanto, a pavimentação asfáltica foi considerada a solução mais adequada, uma vez que apresenta baixo custo de manutenção em médio e longo prazo, garante melhor desempenho estrutural e conforto de rolamento e reduz a emissão de poeira e melhora a qualidade ambiental do entorno.

13.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 34, inciso VII) **com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução** (art. 60, III, “b”): A solução proposta consiste na execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas ainda não pavimentadas, abrangendo etapas de regularização do subleito, aplicação de base e sub-base, imprimação, execução da capa asfáltica, sinalização horizontal e vertical, bem como o sistema de drenagem superficial para adequado escoamento das águas pluviais. O projeto foi concebido de modo a garantir solidez estrutural, durabilidade e segurança, obedecendo às normas técnicas do DER e DNIT, com materiais e métodos construtivos de comprovada eficiência, assegurando uma vida útil prolongada da via, resistência às intempéries e redução de custos futuros de manutenção.

13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 34, inciso IX): Com a execução da obra, pretende-se alcançar a melhoria da mobilidade urbana, com aumento da fluidez no tráfego de veículos e segurança de pedestres, a redução de custos operacionais de transporte e manutenção veicular, melhoria das condições sanitárias e ambientais, pela diminuição de poeira e de lama, valorização imobiliária das áreas beneficiadas e fortalecimento do comércio local e fortalecimento do bem-estar coletivo.

13.6. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 34, inciso X): Não se verifica, no presente caso, a necessidade de adoção de providências prévias adicionais por parte da Administração antes da celebração do contrato.

13.7. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 34, inciso XI): Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas à presente obra.

13.8. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA (art. 34, inciso XII): Os impactos ambientais decorrentes da execução da obra são de baixa magnitude e natureza temporária. Conforme declaração apresentada pelo setor de engenharia ambiental do município, não há intervenção direta em áreas de interesse ambiental ou qualquer risco ambiental relacionado a deslizamentos, inundações, aterros com materiais nocivos ou condições geológicas inadequadas. Outrossim, a obra não acarretará interferências diretas em propriedades vizinhas, bem como não resultará em escoamento ou direcionamento de águas pluviais ou efluentes para imóveis de terceiros. Serão observadas as medidas mitigadoras recomendadas pelas boas práticas de engenharia, tais como controle de poeira e ruídos e correta destinação dos resíduos sólidos de construção civil.

13.9. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 34, inciso XIII): A contratação proposta atende aos requisitos legais, técnicos e orçamentários, configurando-se como necessária, eficiente e vantajosa ao interesse público, estando em consonância com os instrumentos de planejamento municipal e com as diretrizes da legislação vigente, especialmente quanto à promoção da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável na execução de obras públicas.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE

14.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

14.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

14.2. Capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.471,89 toneladas

14.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado **de atividade concluída**, ou documento equivalente, **que indique a licitante como empresa contratada**.

14.2.2. Possibilidade de somatório de atestados:

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme determinado pelo PARANACIDADES no edital disponibilizado e autorizado pela Lei Federal n. 14.133/2021.

14.3. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

14.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

14.3.2. No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.

14.4. Declaração, conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

14.1.1. A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.

14.1.2. Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

14.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.5. Declaração na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica, conforme modelo anexo ao Edital.

14.6. Indicação do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo ao edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.

14.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (modelos a ser disponibilizado junto ao edital).

15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE

15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;
- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.3.1. Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE
CALÇADA EM CONCRETO (ESP. 6 CM)	3.695,43 M²
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO TÁTIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL 20X20CM VERMELHO	626,93 M²

PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS	2.072,86 M²
Obs.: os valores relativos a tais bens e serviços encontram-se junto à planilha orçamentária.	

16. DA MATRIZ DE RISCOS

- 16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência:** Encontram-se expostas na matriz de riscos apresentada em anexo.
- 16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico:** definição de equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste anteprojeto.
- 16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado:** Não se trata de obrigação de meio.
- 16.4. Segue anexo o arquivo completo da matriz de riscos, incluindo:**
- Identificação do tipo de risco;
 - Descrição do risco;
 - Materialização do risco;
 - Mitigação do risco;
 - Alocação de responsabilidade pelo risco.

17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

- 17.1.** O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, devido a transformação e aprimoramento do ambiente urbano, promovendo melhorias na mobilidade, segurança viária e valorização imobiliária. Essa intervenção, ao alterar substancialmente as características originais do local, contribui para o desenvolvimento econômico local, estimulando investimentos e fortalecendo a infraestrutura, facilitando o deslocamento e promovendo a eficiência logística, otimizando o tempo de viagem e reduzindo o desgaste de veículos.
- 17.2** Em relação as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013- Plenário TCU, somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).
- 17.3** No presente feito, os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART de Obra ou Serviço nº 1720255380678.

- 17.4 Nos levantamentos preliminares do presente feito houve análise do local da obra pelo projetista, bem como foi feita a análise do solo e o diagnóstico da existência e das características dos equipamentos de saneamento básico do local, conforme relatório fotográfico, laudos de sondagem e questionário ambiental anexos ao projeto no Portal dos Municípios/PARANACIDADE.
- 17.5 Em relação aos custos unitários de referência, foi utilizada a planilha orçamentária **DETERMINADA** pelo PARANACIDADE, a qual utiliza como tabelas de referência a **DER/PR de MARÇO/25** e **SINAPI de ABRIL/25** sem desoneração, também determinado pelo PARANACIDADE, observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021.
- 17.6 No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a planilha sintética e as planilhas analíticas, bem como o documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias. Outrossim, foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas em relação à data de elaboração do projeto. Na definição dos custos unitários de referência, foram adotados custos menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil.
- 17.7 No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. Especificamente em relação ao custo direto de administração local, foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU e adotado o parâmetro do **1º quartil**, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a administração pública.
- 17.8 O cronograma físico-financeiro prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra.
- 17.9 Na presente licitação foram juntadas as curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS, as quais encontram-se dentro da planilha orçamentária. Estão presentes no cronograma e orçamento da obra os macro serviços, dentro os quais os maiores valores se referem aos serviços mais relevantes da obra.
- 17.10 Foram adotados os custos de referência sem desoneração, haja vista a adoção à planilha orçamentária disponibilizada pelo PARANACIDADE, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.
- 17.11 O detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do TCU, sendo adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a Administração Pública:
Administração central: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil
Seguro e garantia: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil
Risco: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil
Despesa financeira: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil
Lucro: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil
- 17.12 Na presente licitação, (X) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, a fim de realizar a adequação do valor para a aquisição de insumos de elevado custo, que impactam no valor da obra, elevando-o.
- 17.13 O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

- 17.14** Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, os quais foram juntados aos autos e deverão ser divulgados com o edital da licitação.
- 17.15** A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.16** O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que podem ser desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação, conforme os itens indicados neste projeto básico.
- 17.17** Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, acima indicado, bem como será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.18** Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante nos anexos do Edital disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.19** A definição do percentual de capital ou patrimônio líquido mínimo a ser exigido encontra-se no Edital de licitação disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.20** Será permitida a participação de consórcios, devendo a Administração adotar as disposições do Edital de licitação disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.21** Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.
- 17.22** Será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, conforme determinado pelo PARANACIDADE através do Edital de Licitação e Contrato Administrativo.
- 17.23** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
 - (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
 - (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br.

17.2. As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br

17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.

17.3.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails;
- f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:

- a) Convênio 391/2025 SECID;
- b) Autorização para licitação emitida pelo Paranacidade;
- c) Convênio nº 1102/2025 – SECID;
- d) Minuta do edital disponibilizado pelo Paranacidade;
- e) Minuta do contrato disponibilizado pelo Paranacidade;
- f) Planilhas a serem disponibilizadas aos licitantes;
- g) Projetos geométricos;
- h) Projetos de pavimentação;
- i) Memória de cálculo – pavimentação;
- j) Projetos de urbanização;
- k) Memória de cálculo – urbanização;
- l) Projetos de sinalização;
- m) Memória de cálculo – sinalização horizontal;
- n) Memória de cálculo – sinalização vertical;
- o) Projetos de drenagem;
- p) Memória de cálculo – drenagem;
- q) Projetos de terraplenagem;
- r) Relatórios de volumes – terraplenagem;
- s) Mapa de lotes lindeiros;
- t) Parecer urbanístico;
- u) Questionário ambiental;
- v) ART de projetos e orçamentos;
- w) Planilha orçamentária global;
- x) Composições de custos complementares;
- y) BDI;
- z) Distâncias médias de transporte (DMT);
- aa) Cronograma físico-financeiro;
- bb) Descrições das etapas;
- cc) Memorial descritivo;
- dd) Plano de amostragem;
- ee) Planilha de serviços – resumo;

- ff) Matriz de riscos;
- gg) Laudo de sondagem/CBR;
- hh) Declaração de dispensa de autorização ambiental;
- ii) Planta de situação;
- jj) Relatório fotográfico.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2025.

Valdir Inácio Luft

*Secretário Municipal de Viação e Obras - SEMOB
Responsável pela Despesa*

Jair Canci

*Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA
Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra
Gestor da Contratação*

Amanda Pereira de Andrade

Fiscal Técnico da Contratação

Rubens Luís Rolando Souza

Fiscal Administrativo da Contratação

Assinaturas

Página: 1



Documento: 14415/2025 - 1. Projeto Básico - LCM 14-22 - Asfalto Novo Vida Nova SAM 50.pdf

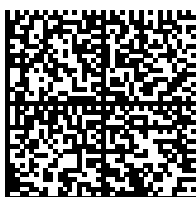
Data: 21/10/2025 15:45:46

Assinatura avançada realizada por: VALDIR INÁCIO LUFT em 21/10/2025 16:18:18.

Assinatura avançada realizada por: JAIR CANCI em 21/10/2025 16:10:28.

Assinatura avançada realizada por: RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA em 21/10/2025 16:14:04.

Assinatura qualificada realizada por: AMANDA PEREIRA DE ANDRADE:01305183282 em 03/11/2025 08:02:29.



Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com

o código a2455d6f-754e-4e02-8f3d-bfd457ce0690